
1. Educomunicação: a busca do diálogo entre a educação e a comunicação

A inauguração, no espaço da Universidade de São Paulo, da primeira Licenciatura em Educomunicação do país, no início da segunda década do século XXI, associada às demandas por material de referência para o estudo da inter-relação comunicação/educação e da ação educacional, motivou a escrita deste livro.

Partimos da premissa de que a educomunicação, conceito que – no entendimento do Núcleo de Comunicação e Educação da USP – designa um campo de ação emergente na interface entre os tradicionais campos da educação e da comunicação, apresenta-se, hoje, como um excelente caminho de renovação das práticas sociais que objetivam ampliar as condições de expressão de todos os seguimentos humanos, especialmente da infância e da juventude.

Ampliar as condições de expressão da juventude como forma de engajá-la em seu próprio processo educativo é uma meta que vem sendo perseguida, no Brasil e no exterior. É o que revela o mais recente livro referendado pela Unesco e dedicado ao tema da relação entre infância/juventude e a comunicação, intitulado *Youth Engaging with the World: Media, Communication and Social Change* (Unesco, Nordicom, Sweden, 2009), quando aponta para o fato de que as novas gerações, quando orientadas por adultos significativos para elas (pais, professores, gestores de projetos na área da mídia e educação), têm optado por assumir suas responsabilidades na construção de um mundo mais intensamente comunicado, contribuindo para que os meios de informação estejam a serviço da edificação de uma sociedade mais humana, pacífica e solidária.

Nesse contexto, a questão da relação entre o ensino, a juventude e o mundo da comunicação encontra-se no centro deste processo formativo, por natureza transformador, bem como no centro dos sonhos dele decorrentes, entre os quais o pleno acesso das novas gerações ao mundo da comunicação e de suas tecnologias, colocado a serviço do bem comum e da prática da cidadania.

No campo do ensino, atitudes de mudança ante as tecnologias da informação e da comunicação já estavam, na verdade, previstas nas metas

estabelecidas, em meados da década de 1990, pelas diretrizes propostas na LDB para o Ensino Médio, as quais previam que esta modalidade de ensino abandonasse a perspectiva conteudista e fragmentada que a caracteriza para adotar uma visão interdisciplinar de ensino, baseada em três áreas de conhecimento (Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias).

O documento do Ministério da Educação parte da premissa segundo a qual *a produção contemporânea é essencialmente simbólica e o convívio social requer o domínio das linguagens como instrumentos de comunicação e negociação de sentidos*. Ao descrever, por exemplo, a área das “Linguagens”, o texto do MEC afirma, expressamente: “Importa ressaltar o entendimento de que as linguagens e os códigos são dinâmicos e situados no espaço e no tempo, com as implicações de caráter histórico, sociológico e antropológico que isso representa”. Por isso, adianta o documento, é “relevante considerar as relações com as práticas sociais e produtivas e a inserção do aluno como cidadão em um mundo letrado e simbólico”. Como consequência, “no mundo contemporâneo, marcado por um apelo informativo imediato, a reflexão sobre a linguagem e seus sistemas (que se mostram articulados por múltiplos códigos) e, ainda, sobre os processos e procedimentos comunicativos possibilitados pelas formas de linguagem, são, mais do que uma necessidade, uma garantia de participação ativa na vida social, a cidadania desejada”.¹

Temos, assim, como aceito por um órgão definidor das políticas públicas da educação, que *os processos e procedimentos comunicativos possibilitados pela linguagem são uma garantia de participação ativa na vida social*. Pois bem, é disso, justamente, que o presente livro trata, buscando atualizar estes conceitos, a partir da contribuição das pesquisas que apontam para uma nova realidade: a relação entre a educação e as práticas da comunicação, dependendo de seu ritmo e de sua abertura para a dialogicidade, pode ser intensa o suficiente para provocar a superação da dicotomia que tradicionalmente subordina uma área à outra, impedindo que apelos como o da própria LDB sejam levados à prática com a seriedade que merecem. Esta é a perspectiva que adotamos ao examinar, mais detidamente, no final do livro, o caso da reforma do Ensino Médio, pretendida pelo Ministério da Educação.

¹ Ver documento completo do Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/pcn>>.

Para facilitar o entendimento do objeto sobre o qual se debruça o livro, adiantamos as linhas de articulação teórico-práticas que facilitam o aprofundamento do diálogo entre a educomunicação e o sistema de ensino. São elas:

1ª Pressupostos. Para construir o diálogo entre os dois campos, partimos de dois axiomas: o primeiro afirma que a educação só é possível enquanto “ação comunicativa”, uma vez que a comunicação configura-se, por si mesma, como um fenômeno presente em todos os modos de formação do ser humano. No caso, o tipo de comunicação adotado passa a emprestar identidade ao processo educativo, qualificando-o (por exemplo, a expressão “educação bancária”, utilizada por Paulo Freire, aponta para a adoção de uma maneira vertical de disseminar/transferir conteúdos; já a denominada “educação dialógica”, representa o esforço para se obter uma construção solidária e compartilhada de conhecimentos). O segundo axioma afirma que toda comunicação – enquanto produção simbólica e intercâmbio/transmissão de sentidos – é, em si, uma “ação educativa”. No caso, diferentes modelos de comunicação determinariam resultados educativos distintos. Como consequência, defendemos a tese segundo a qual uma comunicação essencialmente dialógica e participativa, no espaço do ecossistema comunicativo escolar, mediada pela gestão compartilhada (professor/aluno/comunidade escolar) dos recursos e processos da informação, contribui essencialmente para a prática educativa, cuja especificidade é o aumento imediato do grau de motivação por parte dos estudantes, e para o adequado relacionamento no convívio professor/aluno, maximizando as possibilidades de aprendizagem, de tomada de consciência e de mobilização para a ação. A essa precondição e a esse esforço multidisciplinar denominamos educomunicação.

2ª Educomunicação como campo de interface. Os olhares dos campos secularmente estabelecidos da educação e da comunicação se entrecruzam com certa frequência. Ainda que se entendam, ambos, como fenômenos distintos, a interconexão entre eles é requerida pelas próprias exigências da vida em sociedade. No confronto ou na cooperação, constroem, um ante o outro, juízos de valor e indicadores de avaliação, permitindo que cada qual se distinga e se afirme socialmente.

A título de exemplo: diante de uma mídia que se sente livre para produzir e divulgar o que convém ao tipo de relação que mantém com o mercado, a educação se previne e cria programas de análise crítica das

mensagens em circulação; por sua vez, a comunicação, desobrigada do ensino formal, não se furta em conduzir a formação de hábitos e valores de seus públicos, através do entretenimento e de uma publicidade especificamente dirigida ao segmento infantojuvenil. Em outras palavras, os campos da comunicação e da educação, simultaneamente e cada um a seu modo, educam e comunicam.

A educomunicação, ao reconhecer e codividir tais preocupações, situa-se a partir de seu lugar específico, que é a interface. Reconhece, em primeiro lugar, o direito universal à expressão, tanto da mídia quanto de seu público. No caso, mais especificamente o direito do público, levando em conta que o sistema vigente desconsidera esta hipótese. Em decorrência, fará todo esforço necessário para ampliar o potencial comunicativo dos membros da comunidade educativa e – no contexto de seu espaço privilegiado, que é a escola – de todos os membros desta comunidade, sejam docentes ou discentes, ou, ainda, a comunidade do entorno.

Esta é a razão pela qual se afirma que o eixo das relações comunicacionais entre pessoas e grupos humanos converte-se no hábitat natural da educomunicação. Sua função é a de qualificar tais relações a partir do grau de interação que for capaz de produzir. Conceitos como democracia, dialogicidade, expressão comunicativa, gestão compartilhada dos recursos da informação fazem parte de seu vocabulário. Está presente onde práticas de comunicação se manifestam com consequências para a vida em sociedade: na família, na escola, na empresa, na própria mídia.

Pelo que foi dito, a educomunicação não diz respeito imediata ou especificamente à educação formal nem é sinônimo de “Tecnologias da Educação” (TE), ou mesmo de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs). No entanto, a escola se apresenta como um espaço privilegiado de aprendizagem a respeito dos benefícios da adoção desse conceito. Com relação às tecnologias, o que importa não é a ferramenta disponibilizada, mas o tipo de mediação que elas podem favorecer para ampliar os diálogos sociais e educativos.

3ª A educomunicação nos distintos âmbitos da prática educativa. A presença da prática educacional na mídia, no terceiro setor, na família ou mesmo numa empresa será objeto de outro livro. Neste, voltamo-nos especificamente para a relação do conceito com o mundo da educação formal. Assim, em decorrência da perspectiva filosófica que adotamos, propomos que a relação da educomunicação com a escola

seja pensada em três âmbitos distintos, superando visões reducionistas de simplesmente contrapor/aliar educação e mídia:

- 1º No *âmbito da gestão escolar*, convidando as escolas a identificar e, se necessário, a rever as práticas comunicativas que caracterizam e norteiam as relações entre a direção, os professores e os alunos no ambiente educativo.
- 2º No *âmbito disciplinar*, sugerindo que a comunicação, enquanto linguagem, processo e produto cultural (seus sistemas, linguagens e tecnologias), se transforme em conteúdo disciplinar, isto é, em objeto específico do currículo no âmbito da área denominada “Linguagens, Códigos e suas Tecnologias” (este é o foco disciplinar dos programas internacionalmente conhecidos como *media education*, *media literacy*, *educación en medios*).
- 3º No *âmbito transdisciplinar*, propondo que os educandos se apoderem das linguagens midiáticas, ao fazer uso coletivo e solidário dos recursos da comunicação tanto para aprofundar seus conhecimentos quanto para desenhar estratégias de transformação das condições de vida à sua volta, mediante projetos educacionais legitimados por criatividade e coerência epistemológica.

Incluimos neste âmbito as atividades extraclasse e aquelas que se realizam no espaço do tradicionalmente denominado “contraturno”, nos programas da Escola Integral, mediante a realização tanto de exercícios práticos (oficinas regulares de ações educacionais) quanto de mobilizações voltadas à socialização das experiências vivenciadas (mostras, seminários e encontros).

4º **A formação do professor-educador.** Os preconceitos e confrontos entre, de um lado, o mundo da comunicação/suas tecnologias e, de outro, o universo da educação/suas didáticas permaneceram tão arraigados, por tanto tempo, que a sociedade não se deu conta da necessidade de formar os educadores para dominar as linguagens produzidas socialmente na construção da cultura contemporânea. Hoje, faz pouco sentido suprir a carência dos docentes com uma formação ligeira – “oficineira” – sobre como operar equipamentos. Na verdade, o universo da comunicação representa, na contemporaneidade, um mundo de cultura que jamais poderia ser reduzido a um conjunto de

ferramentas. A proposta educacional é facultar ao sujeito educador que se transforme, sem receios e com desenvoltura, em sujeito educador. Torna-se necessário, pois, que sejam adotadas políticas que facilitem a formação desse novo docente-educador – como vem ocorrendo com o curso a distância *Mídias na Educação*, do MEC –, garantindo que os professores dominem os conhecimentos sobre a cultura midiática, familiarizando-se, por outro lado, com o uso que o campo da comunicação faz das suas tecnologias e linguagem.

No entanto, enquanto não forma seu próprio pessoal, é indispensável que o Estado encontre caminhos legais que facilitem a colaboração sistemática de especialistas externos ao ambiente escolar, desde que comprovadamente dominem o conceito e sua prática. É sempre bom lembrar que um dos serviços prestados à sociedade pelas Organizações Não Governamentais tem sido a adoção de práticas pioneiras e bem-sucedidas no campo da relação entre a juventude (incluindo, neste conceito, a infância e a adolescência) e o mundo da comunicação.

Na sequência dos capítulos, o leitor terá condições de retomar a reflexão sobre essas linhas de articulação teórico-práticas.

A estrutura do livro, já anunciada no índice temático, permitirá um percurso que irá de uma análise contextual sobre o jovem a quem se pretende prestar um serviço até o desenho de um projeto de ação que traduzirá, no cotidiano do currículo, a contribuição que a educacional pode oferecer às transformações pretendidas pelas autoridades federais.

Assim, inicialmente, no capítulo 1, o leitor é convidado a refletir sobre a complexidade da relação entre os tradicionais campos da educação e da comunicação e sobre os caminhos percorridos pela sociedade civil na busca de um espaço de convivência entre os dois campos e de trabalho conjunto, na interface. O capítulo 2 propõe uma visita ao mundo do jovem contemporâneo e às necessidades que podem ser supridas pela perspectiva da educacional. O capítulo 3 informa que o conceito da educacional, tal como tratado no livro, emerge de uma tradição latino-americana de busca por práticas de comunicação e de educação sintonizadas com as necessidades das novas gerações. Mais adiante, no capítulo 4, o livro discute a natureza do novo conceito, caracterizado por seu potencial agregador e transformador. As possíveis conexões entre o conceito da educacional e o campo das políticas educacionais é o objeto do capítulo 5. O capítulo 6 apresenta o perfil polivalente do novo profissional, um colaborador à disposição dos sistemas de ensino e dos próprios docentes, assim como um consultor para a área da

mídia e do terceiro setor, além de ser um pesquisador e sistematizador de informações sobre as práticas. O capítulo 7 analisa, no espaço dos denominados temas transversais, as possibilidades reais da introdução da educomunicação no cotidiano escolar. Toma como exemplo a questão da educação ambiental. Ao aproximar-se de seu final, o livro retoma o tema da reforma do Ensino Médio, apresentando uma proposta específica de ação pública (capítulo 8). O capítulo final (o nono) pretende ser um ponto de partida para uma efetiva integração do novo conceito à dinâmica do ensino em nosso país.

